

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO DA CRITICIDADE E DA EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL: UMA ANÁLISE CENTRADA NAS DIMENSÕES POLÍTICA, CURRICULAR E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND THE DEVELOPMENT OF CRITICALITY AND INTELLECTUAL EMANCIPATION: AN ANALYSIS CENTERED ON THE POLITICAL, CURRICULAR AND DIDACTIC-PEDAGOGICAL DIMENSIONS

Juliana Picolotto¹
Ivan Carlos Bagnara²

Resumo

Neste artigo objetivamos identificar e analisar as temáticas vinculadas às dimensões política, curricular e didático-pedagógica da Educação Física Escolar (EFE), abordadas pelas produções da área nos últimos anos, tendo como horizonte de formação a perspectiva crítico-emancipatória. A pesquisa é de natureza qualitativa, bibliográfica e toma como base de análise vinte artigos, publicados na língua portuguesa entre os anos de 2017 a 2022, em periódicos vinculados ao SciELO. No que concerne à dimensão política, constatou-se que há preocupações com o desenvolvimento de uma EFE que abandone o viés mecanicista, instrumental e esportivista, buscando se coadunar com um ensino pautado pelo desenvolvimento da criticidade e da emancipação intelectual. Os estudos que tratam do currículo da EFE possuem abordagens diversas, porém, comungam da premissa de superar o paradigma histórico de um currículo centrado no esporte e/ou pautado por perspectivas instrumentais, mercadológicas e que carecem de sistematização. Sobre a dimensão didático-pedagógica, constatou-se haver uma gama de elementos que interferem e influenciam no desenvolvimento da EFE, demonstrando que planejar e conceber o processo de ensino é uma tarefa de elevada complexidade, ainda mais quando se pretende desenvolver uma educação crítico-emancipatória. Dessa forma, parece-nos adequado pensar o ensino da EFE pela lógica do gerúndio, concebendo um movimento constante e espiralado, ou seja, é fazendo, estudando, experimentando, testando as diversas possibilidades, que podemos perspectivar novas compreensões acerca da produção de conhecimentos na EFE que objetive contribuir com um processo formativo crítico e emancipatório.

Palavras chave: Responsabilidade da Educação Física; Ensino de Educação Física; Educação Física crítico-emancipatória.

¹ Mestra em Educação. Professora efetiva de Educação Física no município de Tapejara/RS.

² Doutor em Educação nas Ciências. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS - Campus Erechim. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Erechim.

Abstract

In this article, we aim to identify and analyze the themes linked to the political, curricular and didactic-pedagogical dimensions of School Physical Education (EFE), addressed by productions in the area in recent years, with the critical-emancipatory perspective as the training horizon. The research is of a qualitative, bibliographical nature and is based on twenty articles, published in Portuguese between the years 2017 and 2022, in periodicals linked to SciELO. Regarding the political dimension, there are concerns with the development of an SPE that abandons an mechanistic, instrumental and sports bias, seeking to be in line with a teaching guided by the development of criticality and intellectual emancipation. The studies that deal with the SPE curriculum have different approaches, however, they share the premise of overcoming the historical paradigm of a curriculum centered on sport and guided by instrumental and marketing perspectives that lack systematization. Regarding the didactic-pedagogical dimension, it was found that there is a range of elements that interfere and influence the development of SPE, demonstrating that planning and conceiving the teaching process is a highly complex task, even more when one intends to develop a critical-emancipatory education. That way, it seems more appropriate to think SPE teaching through the logic of the gerund, conceiving a constant and spiraling movement, that's done by studying, experimenting, testing the possibilities that we can envision new understandings about the production of knowledge in SPE that aims to contribute to a critical and emancipatory training process.

Keywords: Responsibility of Physical Education; Physical Education Teaching; Critical-emancipatory Physical Education.

Introdução

Durante as últimas décadas, muito tem-se discutido no sentido de tornar a Educação Física Escolar (EFE) um componente com saberes a ensinar e conhecimentos a produzir, e não mais desenvolvê-la como uma atividade escolar. A ideia, nessa perspectiva, seria livrá-la do estigma de ser uma atividade meramente prática, tecnicista, mecanicista, esportivista e reprodutora (centrada na “prática pela prática”), desvinculada da produção de conhecimentos. Nessa nova configuração, a Educação Física (EF) seria concebida como um componente curricular que possui como centralidade a produção de conhecimentos acerca da cultura corporal de movimento, com potencial para o desenvolvimento da criticidade e da emancipação intelectual dos estudantes (Bagnara; Boscatto, 2022a; Bagnara; Fensterseifer, 2019a; Bracht, 2019; Kunz, 2014; González; Fraga, 2012; González; Fensterseifer, 2009; 2010).

Ao perspectivar um processo educativo que possua como horizonte uma formação crítica e emancipatória, algo fundamental considerando os pressupostos de

uma educação republicana e democrática³, é importante, mesmo de maneira introdutória, apresentar alguns elementos conceituais sobre a temática. Conforme pontua Kunz (2014), uma formação pautada pela criticidade e emancipação busca contribuir com a superação da visão tecnicista e mecanicista da EF. Desse modo, uma formação crítico-emancipatória pretende auxiliar os estudantes a “eleger, promover, organizar e avaliar a própria participação ou de outros nas atividades típicas da cultura de movimento” (González; Fensterseifer, 2010 p. 37).

Para o Coletivo de Autores (1992), a emancipação dos sujeitos se dá por meio da compreensão da totalidade do ser humano, tratando da expressão corporal como linguagem e entendendo que o nosso corpo reproduz as condutas sociais, com ênfase no ensino/aprendizagem sustentado na realização de uma análise crítica dessas condições, no sentido de ampliar e aprofundar a compreensão da realidade e da cultura imersa. Desse modo, conforme apregoam Bagnara e Fensterseifer (2019a), considerando um prisma educativo crítico e reflexivo, a EFE necessita dar sua parcela de contribuição para a democratização de conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento.

Para isso, porém, é preciso ir muito além de tratar apenas da dimensão corporal dos elementos da cultura corporal de movimento, produzindo, também, conhecimentos e saberes de natureza conceitual e crítico-social relacionados a cada temática de ensino. Desse modo, é fundamental oportunizar aos estudantes, conforme escreve Fensterseifer (2013), acesso a uma base referencial que possua potencial para auxiliar na realização de escolhas próprias e na formulação de opiniões de forma consciente, lúcida e autônoma, características de uma formação crítico-emancipatória.

Ao perspectivar uma formação crítica e emancipatória na EFE, alguns desafios necessitam ser enfrentados, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do ponto de vista da intervenção pedagógica escolar, preferencialmente, de maneira articulada. Nessa conjuntura, neste texto, temos como pano de fundo tematizar os desafios vinculados às dimensões política, curricular e didático-pedagógica, que, mesmo pertencendo a diferentes níveis, necessitam ser pensados de maneira interdependentes (González; Fraga, 2012; Bagnara; Fensterseifer, 2019a).

³ Temática que será problematizada mais adiante.

O desafio vinculado à dimensão política refere-se ao estabelecimento de um sentido, uma razão de ser para a EF em consonância com a responsabilidade social da escola, no contexto de uma sociedade republicana e democrática. O desafio da dimensão curricular, implica na explicitação e organização dos conhecimentos da cultura corporal de movimento, formulando progressões com maior grau de complexidade e maior densidade crítica no decorrer dos anos escolares. Por fim, o desafio da dimensão didático-pedagógica, que pressupõe dar conta da elaboração de estratégias para ensinar e avaliar os conteúdos de forma coerente aos propósitos da EF como componente da área de Linguagens e suas tecnologias (González; Fraga, 2012; Bagnara; Fensterseifer, 2019a).

Nesse interim, questionamos: quais são e como são problematizadas, as principais temáticas relacionadas às dimensões política, curricular e didático-pedagógica da EFE, nas publicações recentes da área? O movimento de compreender como tais dimensões têm sido tratadas na literatura é deveras importante, pois essa dinâmica pode contribuir com a elaboração de proposições para o enfrentamento das problemáticas no contexto de um projeto educativo escolar que objetive potencializar, aos estudantes, o desenvolvimento da capacidade de análise crítica relacionada aos distintos temas da cultura corporal de movimento.

Esse enfrentamento se torna ainda mais importante em épocas que reformas educacionais são promovidas sem um amplo debate coletivo, em que os tempos e espaços para o ensino da EF na escola são retirados arbitrariamente do currículo escolar e que os processos educativos escolares são direcionados sobremaneira para uma lógica mercadológica, utilitarista e aplicacionista. Assim, neste artigo, objetivamos identificar e analisar as temáticas vinculadas às dimensões política, curricular e didático-pedagógica da EFE abordadas pelas produções da área nos últimos anos, tendo como horizonte de formação a perspectiva crítico-emancipatória.

Encaminhamento metodológico

Optamos por analisar a temática por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa na perspectiva bibliográfica, tomando como base os artigos disponíveis no indexador SciELO (<https://www.scielo.br/>), que abordassem a EF e sua relação com os desafios vinculados às dimensões políticas, curriculares e didático-pedagógicas da EFE. Nessa direção, optou-se por realizar a pesquisa com a busca pelo descritor “EF”

seguido de termos que se relacionassem com as dimensões políticas, curriculares e didático-pedagógicas da EF. Para demarcar um espaço temporal, elegemos intencionalmente o período que corresponde aos anos de 2017 a 2022⁴.

A amostra final foi configurada com base na sua relação com os seguintes critérios: estar indexado no SciELO, ter sido publicado entre os anos de 2017 a 2022, estar publicado no idioma português e possuir no título, resumo ou palavras-chave, termos que o relacionassem com as dimensões políticas, curriculares e didático-pedagógicas da EFE. Dessa forma, os artigos relacionados ao tema proposto, porém sem relação direta com a área escolar não foram incluídos. Com base nisso, inicialmente, a busca retornou trinta e seis artigos. Ao passar pelo processo de triagem inicial (leitura do título, resumo e palavras-chave) restaram vinte artigos científicos, os quais foram lidos na íntegra.

Para analisar os dados, optou-se pela perspectiva hermenêutica, fundamentada na tríplice tarefa descrita por Ruedell (2014): anunciar, traduzir e explicar os pressupostos conceituais referentes às temáticas em estudo. Levar a sério a perspectiva hermenêutica, conforme ensina Fensterseifer (2009), significa considerar e compreender a dimensão epistemológica sem ignorar a tradição sobre a qual tal dimensão se edificou. Assim, ao recorrer à hermenêutica, neste texto, não se tem a ilusão ou pretensão de esgotar o sentido das coisas, mas, sim, buscamos fornecer e oportunizar a instituição de novos sentidos para elas.

A dimensão política da Educação Física Escolar

O processo de seleção da amostra resultou em dez artigos vinculados à dimensão política da EFE. Ao analisar os dados descritos nos textos, foram observadas algumas temáticas principais para problematização, a saber: a EFE e sua relação com os pressupostos da educação republicana e democrática, uma EFE desenvolvida para o tempo do inútil, e textos que possuem como centralidade os marcos legais da EFE.

Antes, porém, de apresentar as perspectivas teórico-conceituais dos artigos que compuseram a amostra desta dimensão, os apresentamos, resumidamente, no Quadro 1.

⁴ Até a data da realização da busca e pré-seleção da amostra deste estudo, 13 de outubro de 2022.

Quadro 1: Amostra de estudos analisados na dimensão política

Autores	Ano	Título
Marcos Garcia Neira	2018	Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física
Ivan Carlos Bagnara Paulo Evaldo Fensterseifer	2019b	Relação entre formação inicial e ação docente: o desafio político da educação física escolar no centro do debate
Paulo Evaldo Fensterseifer Fernando Jaime González Sidinei Pithan da Silva	2019	Educação Física crítica em perspectiva democrática e republicana
Vera Regina Oliveira Diehl Vicente Molina Neto Lisandra Oliveira e Silva	2019	As políticas públicas de educação: a percepção dos docentes de Educação Física
Ivan Carlos Bagnara Paulo Evaldo Fensterseifer	2020	Responsabilidade da Educação Física Escolar: concepções dos professores que atuam na formação inicial
Ricardo Rezer Antônio Camilo Cunha	2021	Responsabilidades da Educação Física para com o “tempo do inútil”: uma necessidade de nosso tempo
Renato Cavalcanti Novaes ⁵ Felipe da Silva Triani Antonio Jorge Gonçalves Soares Silvio de Cassio Costa Telles	2021	Educação Física escolar S.A.: mudanças e subjetividades na norma corporativa
Ivan Carlos Bagnara Juliano Daniel Boscatto	2022b	Educação Física no Ensino Médio Integrado: conhecimento e especificidade
Ivan Carlos Bagnara Juliano Daniel Boscatto	2022c	A Educação Física no ensino médio integrado a partir dos marcos legais: da negação às possibilidades
Rafael Almeida Barcelos Felipe Quintão de Almeida Alberto Moreno Doña	2022	Educação Física nas Bases Curriculares do Brasil e do Chile: uma análise comparada

Fonte: autores

Os textos de Bagnara e Fensterseifer (2019b), Fensterseifer, González e Silva (2019), Bagnara e Fensterseifer (2020) e Bagnara e Boscatto (2022b) problematizam a EF pelo viés de uma educação pautada sobre os pressupostos republicanos e democráticos que regem as sociedades com essas características. Mesmo com enfoques um pouco diferentes, as produções apresentam um viés teórico bastante próximo, inclusive, pelo fato de que há dois autores que estão presentes nas quatro produções, seja em parceria entre eles, seja em parceria com outros pesquisadores.

Desse modo, Bagnara e Fensterseifer (2019b) apresentam a EFE e sua relação com uma educação republicana e democrática, ao qual indicam que os professores de EF têm relação distante com os documentos que norteiam e explicitam as intencionalidades da educação escolar, pois participam parcialmente da construção

⁵ Considerando o objetivo deste texto e a forma como os dados foram analisados, o estudo de Novaes et al. (2021), poderia se encaixar tanto na dimensão política, quanto curricular. No entanto, considerando o viés argumentativo, para fins de análise e discussão, optamos por inseri-lo na dimensão política.

do Projeto Político Pedagógico (PPP) e pouco conhecem sobre o conteúdo de suas páginas, o que evidencia dificuldades para estabelecer objetivos educativos claros para a própria EF. Esse aspecto, somado a outros elementos referidos no artigo, indicam haver certa orfandade política sobre o sentido da escola e da EFE, decorrentes, conforme explicam os autores, da superficial compreensão sobre o tema propiciada pela formação inicial, o que indica haver falta de conexão entre o que é debatido na graduação com os enfrentamentos da escola. Parte desses dados, em certa medida, evidenciam aspectos já bastante conhecidos na literatura da área de viés crítico e que podem ser encontrados de diferentes modos nos estudos de Bracht (2019), Bagnara e Fensterseifer (2019a), Kunz (2014), González e Fraga (2012), González e Fensterseifer (2009; 2010), dentre outros.

Bagnara e Fensterseifer (2019b; 2020) assumem, em ambos os textos, que concebem a EFE como um componente curricular fundamentado nos pressupostos da educação republicana e democrática. Os dados apresentados no estudo dos autores (2019b), que possuía como mote professores que atuam no ensino fundamental, se relacionam, em boa medida, com outro estudo desenvolvido por Bagnara e Fensterseifer (2020), realizado com docentes que atuam na formação inicial de professores. Os autores identificaram carência de uma fundamentação teórica sistematizada acerca da compreensão sobre a responsabilidade da EFE, revelando o caráter fragmentário do próprio processo formativo no que concerne a essa temática. Ao não desenvolver uma formação pautada por debates e estudos teóricos encorpados, acaba-se por reproduzir e influenciar os acadêmicos nessa mesma perspectiva, aos quais não é dada a oportunidade de perceber a EF como um componente curricular que tem contribuições específicas a dar para a educação escolar.

Em virtude disso, é determinante aprofundar essa discussão, pois conforme afirmam Bagnara e Fensterseifer (2020), se por um lado, a diversidade de compreensões acerca de algo pode ser benéfica, pois possui potencial para promover debates enriquecedores avançando para o estabelecimento de sentidos comuns, por outro lado, apontam que quando as concepções carecem de sustentação teórica elas se estabelecem de maneira frágil, constituindo-se em problema, pois geralmente se apoiam em jargões criados pela mídia e senso comum (modismos), empobrecendo os debates e dificultando a instituição de horizontes comuns para problemáticas semelhantes. Dessa forma, parece-nos que a formação inicial necessita proporcionar

maior entrelaçamento entre a teoria acadêmica e a prática pedagógica na escola, aproximando esses dois “polos”.

Da mesma forma que o apregoado por Bagnara e Fensterseifer (2019b; 2020), Fensterseifer, González e Silva (2019), advogam que a EF é um componente curricular que deve responder pelo caráter republicano da instituição a que se vincula, no modo de tratar os conteúdos que lhes dizem respeito. Assim, para os autores, implica à EF, não limitar-se a reproduzir os sentidos/significados presentes nas diferentes manifestações da cultura corporal de movimento, mas sim, ao tematizá-los, desnaturalizá-los, evidenciar a pluralidade de sentidos/significados que os sujeitos podem dar a eles. Nessa direção, os autores afirmam que a escola, mais do que nunca, precisa legitimar-se como espaço de conhecimento e saberes que ampliam a “caixa de ferramentas” do pensar humano para que assim, cada estudante possa ter a sua visão de mundo e contribua para uma possível transformação social.

No último estudo que refere essa temática, Bagnara e Boscatto (2022b), ao escrever sobre a especificidade da EFE no Ensino Médio Integrado, reconhecem que o conhecimento está na base da especificidade da educação escolar e a EF, enquanto componente curricular, estando legalmente inserida nesse ínterim, necessita dar sua parcela de contribuição na produção de conhecimentos. Descrevem, de maneira mais generalista, que a responsabilidade social da instituição escolar é contribuir com a formação de sujeitos emancipados intelectualmente, ao proporcionar experiências pedagógicas que possibilitem a mediação entre o âmbito particular e o mundo social. Os autores defendem que os conhecimentos provenientes da cultura corporal de movimento, a partir de seu trato pedagógico com base em evidências epistemológico-científicas (conceituais), articulados dialogicamente com experiências de movimento (corporais), com processos/ações crítico-reflexivas (críticidade), mediados didaticamente por ações comunicativas e fundamentados nos pressupostos de uma sociedade republicana e democrática, podem contribuir com um processo formativo emancipatório na EF. Nessa perspectiva, entendem que a tematização da cultura corporal de movimento, organizada e sistematizada ao longo do currículo, necessita fornecer um quadro referencial básico que proporcione aos estudantes a leitura crítica da realidade para, assim, agir com autonomia no mundo, que é do trabalho, do lazer, da cidadania e que também é plural, diverso, dinâmico e contraditório.

Os dados apresentados até este ponto tratam de uma educação escolar e de uma EFE ancorada sobre os pressupostos republicanos e democráticos que orientam

a sociedade brasileira, dessa forma, é importante apresentar pistas acerca dessa compreensão. Bagnara e Fensterseifer (2019b) e Bagnara e Boscatto (2022b), apontam que uma escola republicana e democrática desempenha importante papel na democratização dos saberes da tradição. Nesse tipo de escola, as ações não são confundidas com aquelas próprias de espaços políticos ou religiosos e sua determinação não deve ser pautada por critérios econômicos ou midiáticos. A principal finalidade dessa escola, conforme apontado nos textos analisados, reside na produção de saberes e no exercício da razão, primando por um processo formativo crítico e emancipatório.

A segunda temática analisada e proposta no estudo de Rezer e Cunha (2021), trata de uma EFE pensada e desenvolvida para o tempo do inútil, ou seja, concebida como um campo do conhecimento com responsabilidades de propor uma formação desvinculada de premissas utilitaristas e imediatistas. Os autores apresentam uma proposição que, segundo eles, representaria uma virada paradigmática para a EF. Para eles, a classificação de determinados conhecimentos como “úteis” ou “inúteis” vem produzindo desdobramentos nas mais distintas formas de produção da vida humana. Rezer e Cunha (2021) escrevem que, se útil é tudo aquilo que nos ajuda a ser melhor, vale a pena investir na natureza inútil, gratuita e desinteressada do conhecimento como uma potência que pode nos tornar mais livres, mais tolerantes e mais humanos.

Por isso, nos exige refletir continuamente, segundo apontam Rezer e Cunha (2021), sobre o sentido da formação utilitária oferecida às novas gerações. Nessa direção, os autores evidenciam que no contemporâneo são compreendidos como “inúteis”, os campos do conhecimento como a EF, a literatura, a música, as artes, entre outros. Campos que permitem qualificar a existência humana, exatamente, devido à sua inutilidade. Conforme explicitam os autores, estes saberes tornam a vida mais saudável e culturalmente mais diversificada, pois permitem o cultivo das faculdades mais elevadas, o que se torna um direito ao cultivo de nossa própria humanidade.

Rezer e Cunha (2021) concluem afirmando que não desconsideram a necessidade de saberes úteis ao longo de um processo de formação, no entanto, questionam a exclusividade em prol destes saberes. Os autores entendem que aprender sobre jogar, correr, dançar, conhecer o próprio corpo, conviver, entre outros, representam conhecimentos fundamentais para qualificar as possibilidades de um

bem viver e conviver, para além do lucro e da utilidade. Por fim, indicam que em tempos de obscurantismos e utilitarismos rasteiros, reconhecer a importância da EF como campo que possui responsabilidades significativas para a formação de uma cultura para o “tempo do inútil” representaria uma virada paradigmática, especialmente nos contextos escolar e universitário, com desdobramentos significativos para outros âmbitos de intervenção do próprio campo.

O terceiro aspecto problematizado está vinculado aos marcos legais, e trata de três diferentes premissas: a) a relação dos docentes com as Políticas Públicas em Educação; b) textos que abordam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); c) pensar uma concepção para a EFE tomando como base os distintos marcos legais.

O texto de Diehl, Molina Neto e Silva (2019) objetivou compreender de que modo os docentes de EF participam, percebem e experienciam as Políticas Públicas em Educação na escola e no trabalho docente. Os dados indicam que a influência dos docentes na construção da política pública de educação é limitada, pois sua participação está mais presente durante a implementação das propostas no “contexto da prática” e não efetivamente nas discussões de sua concepção.

Conforme explicitam os autores, é preciso pensar nos limites apresentados no processo de elaboração das políticas públicas, que tem desprezado a participação efetiva dos professores em sua concepção, o que pode influenciar na concretização das propostas no contexto da prática, pois pode haver distintas interpretações entre o que está descrito no texto e o que efetivamente ocorre no cotidiano escolar. Diehl, Molina Neto e Silva (2019) entendem que as políticas públicas da área da educação necessitam ser submetidas a um amplo debate, tendo como princípio a participação dos docentes na elaboração e nas tomadas de decisões, com perspectivas de incorporar a riqueza das diferentes visões de mundo e experiências que a sociedade possui sobre o contexto social em que as escolas estão inseridas. Essa premissa poderia potencializar a concretização da implantação das mudanças educacionais que as políticas educacionais geralmente possuem.

No que concerne à BNCC, Barcelos, Almeida e Doña (2022), desenvolvem um estudo em que oferecem uma análise comparada dos Currículos Nacionais do Brasil e do Chile. Os autores apontam que em ambos os países as bases curriculares possuem abrangência nacional, se constituindo em documentos normativos que buscam padronizar os sistemas educativos do país, sem desrespeitar as particularidades culturais de cada região. Além de uma formação geral, os

documentos apresentam a possibilidade de itinerários formativos e planos de formações diferenciados para os estudantes que estão cursando o ensino médio. Outro ponto em comum é que os documentos possuem aspectos induzidos pelos organismos internacionais. Há, porém, pontos que divergem. Por exemplo, no Brasil os componentes curriculares estão organizados em áreas do conhecimento, ao passo que no Chile, não.

No que concerne especificamente à EF, Barcelos, Almeida e Doña (2022) indicam que enquanto no Brasil não há um indicativo da quantidade de carga horária, no Chile os documentos legais apontam o quantitativo de aulas de EF para cada nível de ensino. No Brasil, a EF está alocada na área de Linguagens e a BNCC orienta as práticas corporais como eixos centrais da EFE, explorando suas diversas formas de codificação e significação social. Conforme descrevem os autores, isso conduz às competências para formação do indivíduo considerando o contexto sócio histórico cultural em que está inserido. Essa compreensão é bem distinta daquela que consta na Base chilena, onde a forma encontrada para justificar a presença da “Educación Física y Salud” no interior das escolas gira em torno das contribuições desta à promoção da saúde.

Neira (2018) também faz uma análise da BNCC, especificamente no componente curricular de EF, mediante o confronto com a teorização curricular da área de perspectiva cultural. O autor tece uma análise dos pressupostos que constituem o documento, indicando que as habilidades estabelecidas para a EF priorizam os processos cognitivos dos estudantes (explicar, planejar, identificar, descrever, discutir, colaborar na proposição, diferenciar e formular). Dessa forma, o autor aponta haver desequilíbrio com relação ao movimento corporal, em que figuram apenas as expressões experimentar e fruir. Nessa direção, indica que o tipo de aprendizagem esperada e a visão instrumental que caracteriza o ensino de EF na escola objetiva, em grande medida, simplesmente preencher postos de trabalho para os setores médios e inferiores de uma sociedade cada vez mais complexa.

Desse modo, Neira (2018) faz uma crítica a BNCC e a forma como ela menciona o ensino da EF, afirmando que este documento retrocede o que entendemos como EF enquanto componente curricular, pois, no seu interior está escrito aspectos de ensino e aprendizagem que priorizam a técnica ao invés da criticidade e da problematização dos conteúdos. Conforme critica o autor, a EF não

pode ser a da transmissão técnica, pois ela é para todos os estudantes e não apenas para os “melhores”.

O autor conclui que a BNCC sugere ao professor a direção oposta daquela que tem tomado a EF contemporânea. Aponta que o documento homologado está voltado para a conformação e aceitação de um desenho social injusto, num momento histórico em que os professores deveriam ser apoiados na elaboração de currículos democráticos e democratizantes. Dessa forma, considera que a BNCC retoma princípios tecnocráticos, consubstanciados na prioridade concedida à racionalidade técnica em detrimento da criticidade. Em termos epistemológicos, Neira (2018) indica que o documento oficial se afasta do atual debate da área, revela-se frágil, incoerente e inconsistente.

Ainda acerca da BNCC, apresentamos o estudo de Novaes *et al.* (2021), que trata da EFE no qual forças externas se sobrepõem às internas e apresenta as mudanças em andamento na EFE deflagradas pela BNCC. Os autores destacam a emergência de novos atores e instituições no processo de constituição da EFE, entendida como uma disciplina escolarizada. Enquanto, num primeiro momento, as forças internas à comunidade escolar foram as principais responsáveis pelas mudanças curriculares, recentemente observamos novos dispositivos de poder alinhados à lógica neoliberal (forças externas), que agem diretamente sobre as políticas educacionais, políticas de currículo e práticas/produtos que o permeiam.

Segundo Novaes *et al.* (2021), como forças internas podemos entender os professores, pesquisadores da área pedagógica da EF, as comunidades escolares, enfim, o campo acadêmico da área. Por sua vez, as forças externas estão ligadas a grupos corporativos, que enfatizam a competitividade econômica e questões relacionadas à reestruturação econômica e neoliberal. Nesse caso, a educação e a própria EF em si possuem pouco valor, a não ser no que diz respeito ao mercado de trabalho e à economia em que a lógica do mercado, que transfere os valores econômicos, como eficiência e competitividade à educação, determina o que acontece e o que não acontece na EFE.

Os autores argumentam que a EF está inserida em um processo de transição no qual o discurso neoliberal se apodera vertiginosamente da concepção dessa disciplina escolar, apropriando-se do raciocínio estruturante do currículo da EF. Isso significa que as forças externas no momento exercem mais pressão sobre as políticas curriculares que as forças internas. Isso não se dá, porém, conforme afirmam Novaes

et al. (2021), sem a cooptação de parte dos agentes internos da academia que legitimam o processo em curso.

Bagnara e Boscatto (2022c) analisam como poderia ser concebida a EF no Ensino Médio Integrado (EMI) nos Institutos Federais a partir dos diferentes documentos legais brasileiros, tensionados com os pressupostos teórico-conceituais que a concebem como um componente curricular integrado ao projeto pedagógico. Ao desenvolver a análise documental, indicam que o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são entendidos como dimensões indissociáveis da formação humana e necessitam estar na base das propostas educacionais dos componentes curriculares no EMI, incluindo a EF.

Os autores advogam para o desenvolvimento de uma EF de viés crítico, tendo como propósito superar o caráter essencialmente biológico, higienista e esportivista que busca a formação de “corpos saudáveis” e aptos a desempenharem, de forma eficaz, sua função no mercado de trabalho. Compreendem, desse modo, que a EF no EMI possui potencial para contribuir com uma formação mais alargada, para o exercício da cidadania e para a compreensão do contexto cultural em que os sujeitos estão inseridos.

Bagnara e Boscatto (2022c) destacam, ainda, que sempre que possível os conhecimentos de especificidade da EF (cultura corporal de movimento) e suas particularidades deveriam articular-se aos conhecimentos dos demais componentes curriculares em, pelo menos, três dimensões distintas, interdependentes ou não: com os demais conhecimentos da área de linguagens; com os demais conhecimentos do núcleo de formação geral; e com os demais conhecimentos da área de formação técnico-profissional. Os autores concluem afirmando que à EF é atribuída a responsabilidade de contribuir com a formação de sujeitos políticos, fornecendo um quadro referencial básico acerca do universo da cultura corporal de movimento, que possa auxiliá-los no exercício da cidadania, no contexto de uma sociedade republicana e democrática.

Com base na análise dos estudos aqui referidos, pode-se constatar que há significativas preocupações com o desenvolvimento de uma EFE que abandone o viés mecanicista, instrumental e esportivista que marcou sua história, buscando se coadunar com uma perspectiva de ensino pautada pelo desenvolvimento da criticidade, da emancipação intelectual e de premissas formativas vinculadas para uma atuação cidadã mais consciente, numa sociedade republicana e democrática.

Observa-se, também, com base nos estudos apresentados, que os marcos legais brasileiros, principalmente a BNCC, que mesmo apresentando possíveis avanços promovidos, recebe críticas legítimas, indicando a necessidade de constantes revisões, promovendo “acordos coletivos” para temáticas que ainda carecem de melhor compreensão no contexto educacional, como, por exemplo, elaborar respostas para uma pergunta central: para que “serve” a EFE?

A dimensão curricular da Educação Física Escolar

No que concerne à dimensão curricular, seis artigos constituíram a amostra final. Dentre os artigos, destacam-se temáticas vinculadas às dificuldades para desenvolver sistematizações curriculares, análise do currículo cultural na EF, o distanciamento/aproximação existentes entre as propostas curriculares e o que acontece no cotidiano escolar e, por fim, um currículo problematizado com base no referencial foucaultiano.

Quadro 2: Amostra de estudos analisados na dimensão curricular

Autores	Ano	Título
Juliano Daniel Boscatto Suraya Cristina Darido	2017	Currículo e Educação Física escolar: análise do estado da arte em periódicos nacionais
Natacha da Silva Tavares Elisandro Schultz Wittizorecki Vicente Molina Neto	2018	Educação Física nos anos finais do ensino fundamental, suas formas e seus lugares no currículo escolar: um estudo de revisão
Ivan Carlos Bagnara Paulo Evaldo Fensterseifer	2019c	O desafio curricular da Educação Física Escolar: sistematizações de uma pesquisa-ação na escola pública
Glaurea Nádia Borges de Oliveira Marcos Garcia Neira	2019	Contribuições foucaultianas para o debate curricular da Educação Física
Ivan Luis dos Santos Marcos Garcia Neira	2019	Tematização e problematização: pressupostos freirianos no currículo cultural da Educação Física
Jorge Luiz de Oliveira Júnior Marcos Garcia Neira	2020	Significações dos estudantes sobre o currículo cultural da Educação Física

Fonte: autores

A fim de, identificar os obstáculos que emergem durante o processo de elaboração curricular e compreender como os professores encaminham as soluções para eles, Bagnara e Fensterseifer (2019c), desenvolveram um estudo em que os dados apontam que até mesmo para os conteúdos mais tradicionais como os esportes, houve dificuldades para sistematizar os conhecimentos conceituais da dimensão crítica. A alternativa encontrada pelos professores para resolver os

imbróglios que surgiram durante o processo, conforme apontam Bagnara e Fensterseifer (2019c), foi estudar os referenciais teóricos e curriculares da área, tensionando-os em debates, análises e reflexões, fato que, na compreensão dos autores é algo intrínseco à docência e ao trabalho dos professores. Do mesmo modo, indicam que alguns professores possuem mais facilidade para ensinar determinado conteúdo na dimensão “prática” (movimento corporal), ao passo que apresentam dificuldades em fazer conexões com as questões conceituais (principalmente da dimensão crítico-social) que os conteúdos da EF possuem.

Boscatto e Darido (2017), analisaram artigos que abordam o ensino médio, e nessa direção, indicam que os estudos buscam discutir e mapear aspectos históricos da EF em diferentes escolas e verificar quais são os conhecimentos que devem constituir o currículo do ensino médio. No entanto, o diagnóstico realizado demonstra que a EF no ensino médio se restringe a momentos em que os estudantes podem sair da sala de aula e praticar diferentes jogos, esportes e exercícios físicos. Essa situação condiz com um caráter compensatório da EF em relação aos demais componentes curriculares considerados mais teóricos. Os autores apontam que, embora seja reconhecida a necessidade de diversificar e ampliar os elementos que compõe a cultura corporal de movimento, as propostas para o currículo da EF ainda têm como elementos balizadores o fenômeno esportivo e a instituição médica. Isso demonstra que os demais elementos da cultura corporal como as lutas, as práticas corporais de aventura, as danças, por exemplo, são manifestações que carecem de maior atenção na elaboração e sistematização de propostas de ensino.

Oliveira Júnior e Neira (2020), desenvolveram um estudo na perspectiva do currículo cultural, afirmando que todas as culturas são importantes e necessitam ser debatidas em igualdade no currículo escolar. O currículo cultural da EF volta-se para a compreensão da ocorrência social das práticas corporais, estimulando a sua reelaboração de acordo com as características dos estudantes e as condições da escola. Ao tematizar as brincadeiras, as danças, as lutas, os esportes ou ginásticas, afirmam que é preciso intervir a favor da construção de significados mais democráticos.

No mesmo estudo, os autores afirmam que é possível identificar a importância de considerar os saberes dos estudantes em relação as práticas corporais, considerando o local onde vivem e o conhecimento que já possuem sobre o conteúdo, tornando-se, o professor, um mediador para ampliar as sistematizações e reflexões

que emergem sobre o assunto estudado. Para isso, é preciso partir do saber que os estudantes já possuem enfatizando o sentido e significado para aquele ensino. Como conclusão, Oliveira Júnior e Neira (2020) afirmam que as significações produzidas pelos estudantes sugerem que o currículo cultural da EF, de uma maneira geral, realiza bem a tarefa a que se propõe em auxiliar os estudantes a compreenderem as práticas corporais e desconstruir os discursos que as cercam e as formam. Nessa direção, o diálogo é algo que se destaca na ação cotidiana da EF cultural e por meio dele diversos temas de estudo podem ser selecionados.

A perspectiva indicada no estudo de Oliveira Júnior e Neira (2020), também se faz presente no artigo elaborado por Santos e Neira (2019), que destacam que um conteúdo de ensino somente tem relevância social se surgir de um problema vivido pela comunidade. Nesse estudo, Santos e Neira (2019), analisam as influências do pensamento de Paulo Freire no currículo cultural da EF, especialmente no que se refere à tematização e à problematização da ocorrência social das práticas corporais na escola. Buscam sinalizar possibilidades para estabelecer um diálogo entre a escola e a expressão da cultura corporal socialmente disponível, para a valorização da produção dos diferentes grupos, por meio da descolonização e desconstrução das representações hegemônicas. Conforme explicitam os autores, na perspectiva freiriana, é a experiência dos educandos que se torna a fonte primária para buscar temas significativos. Em outros termos, o conteúdo de estudo advém de um problema vivido pela comunidade e que, para ser pedagogizado, necessita assumir uma perspectiva dialógica.

Assumir uma postura dialógica, conforme explicitam os autores, significa conceber o currículo a partir de uma *práxis* investigativa do contexto concreto em que os estudantes estão inseridos. Assim, em vez de uma proposta abstrata para sujeitos abstratos, sob a perspectiva freiriana, o currículo passa a se constituir dialogicamente com os sujeitos do processo educativo, como artefato que incide sobre problemas da realidade. Nessa direção, professores e estudantes, ao problematizarem os discursos em circulação, fomentam análises cada vez mais profundas e acessam outros saberes, possibilitando a construção de sínteses coletivas. Os efeitos político e pedagógico das ideias freirianas e o seu legado, defendidas por Santos e Neira (2019), deixou uma pedagogia aberta ao diálogo cultural, não fazendo sentido aceitar qualquer conhecimento sem debate ou crítica, procedimentos necessários à

desconstrução das narrativas dominantes que justificam formas de discriminação social.

Oliveira e Neira (2019), por sua vez, problematizam o currículo da EF com base no referencial foucaultiano. Conforme explicam os autores, a problematização é engendrada a partir do conceito de dispositivo, tendo em vista as relações entre saber, poder e sujeito ou entre, verdade, governo e subjetivação. Conforme é explicitado no texto, localizar os currículos da EF na moldura da noção de dispositivo leva a pensá-los como artefatos que são sustentados por determinadas verdades e sustentadores dessas verdades, projetando modos de ser e agir, atuando na produção de sujeitos e subjetividades.

Para tanto, com o currículo da EF colocado em perspectiva, os autores forjam cinco pistas: 1. Uma outra concepção de conhecimento; 2. Não há um “verdadeiro” currículo ou uma “verdadeira” EF; 3. O sujeito desejado pelo currículo é uma aposta, não uma sentença; 4. Uma outra modalidade de crítica; 5. O currículo da EF como uma possível heterotopia, que pode ajudar a redimensionar as formas vigentes com que têm sido concebidas e encaminhadas as práticas curriculares na EFE. Conforme explicam, são pistas que se intercomunicam e interconectam em diferentes direções, e essa conexão se manteria tomando-se qualquer uma delas como marco de saída.

Os autores advertem, porém, que como em Foucault não há certezas acabadas, verdades permanentes ou princípios universais, seria no mínimo imprudente assumir uma atitude que pretende anunciar como se deve ensinar EF na escola a partir de seu legado. Não é a isso, portanto, que se referem as pistas e o diálogo estruturado no texto, mas chama a atenção que as análises e formulações foucaultianas ancoram-se num exercício inquietante de suspeita sobre o próprio pensamento. Assim, as pistas se constituem em instrumento para a produção de questionamentos intermitentes em relação ao currículo da EF, em um movimento que o mantenha sempre aberto à criação de experiências novas, ímpares, contingentes e imponderáveis.

Tavares, Wittizorecki e Molina Neto (2018) apontam que a EF vem se configurando de diferentes formas nas escolas e que os processos de elaboração curricular têm se efetivado de diversas maneiras, sendo, portanto, plural e heterogênea. Sobre a seleção e sistematização de conteúdos, identificaram a hegemonia dos esportes na seleção dos conteúdos para as aulas de EF. Para os autores, a hegemonia dos esportes ocorre por diversas razões, dentre as quais

apontam: professores não se sentirem confiantes para trabalhar com conteúdos que não dominam motoramente, pelo gosto e preferência por estes conteúdos por parte dos estudantes, por um entendimento de que há cobrança da sociedade para que os estudantes dominem estes conteúdos e pela falta de materiais/espços adequados para outras práticas. Reforçam, ainda, a ideia de que alguns docentes demonstram prioridade para alguns conteúdos do seu gosto e domínio.

Sobre os currículos oficiais Tavares, Wittizorecki e Molina Neto (2018) sustentam que algumas propostas de ensino tratam de apresentações e problematizações sobre construções de currículo, bem como da incorporação destas propostas no cotidiano das escolas. Foi identificada uma incoerência entre as intencionalidades pedagógicas presentes em propostas curriculares oficiais e as avaliações elaboradas em nível nacional ou presentes nas propostas. Os achados do estudo apontam para a coexistência de diferentes propostas e concepções de ensino, ao passo em que as propostas curriculares indicam a formação para a cidadania, para a autonomia e emancipação e as avaliações carregam consigo uma lógica meritocrática.

Ao abordar o planejamento, os autores entendem que o mesmo pode ser entendido como uma etapa ou movimento significativo do processo curricular. Sendo que os hábitos e costumes dos professores muitas vezes acostumados à repetição de modelos dificultam o ato de criação, tornando-se um obstáculo para o planejamento coletivo. Relacionado à construção e organização curricular da EF, os estudos analisados por Tavares, Wittizorecki e Molina Neto (2018) procuram vincular a EF com o PPP da escola, considerando-o um potente instrumento para auxiliar a sustentar uma proposta mais coerente para a EF, vinculada às funções da escola e do ensino, possibilitando a construção de uma identidade para a EF que se articule com o restante da escola.

Ao analisar a EF no currículo escolar, os autores identificaram que à EF cabe a construção de valores para a formação dos estudantes que lhes permitam atuar na vida pública. A partir do foco na construção de valores os estudos apontam que há um deslocamento dos conhecimentos específicos da disciplina, o que acarreta uma busca constante por seu reconhecimento e valorização no universo escolar. Uma vez que a EF parece ser entendida como lazer, passa a receber um menor reconhecimento na escola, visto que os seus saberes não parecem atender às necessidades do mercado de trabalho. Neste sentido, parece haver falta de articulação entre a EF, o contexto

escolar e os objetivos de ensino. Pensar o lugar que a EF ocupa no currículo escolar implica repensar as fronteiras do universo escolar para além das decisões individuais e locais, considerando o currículo como efeito de políticas e relações mais amplas (Tavares; Wittizorecki; Molina Neto, 2018).

Como conclusão Tavares, Wittizorecki e Molina Neto (2018) descrevem que os estudos parecem se dar na busca por identificar os conteúdos trabalhados nas aulas e/ou na tentativa de propor/auxiliar na elaboração de um currículo documentado que organize o trabalho da EF, carecendo, dessa forma, de uma compreensão acerca de como a EF vem se produzindo no currículo escolar. Pensar a EFE implica, na visão dos autores, compreender os diferentes cenários e contextos escolares, além de refletir e entender como as propostas de EF na escola se articulam com as propostas e concepções de ensino que orientam os currículos escolares.

Conforme observado nas análises realizadas, os estudos que tratam do currículo da EFE possuem abordagens diversas, porém, comungando da premissa de superar o paradigma histórico de um currículo centrado no esporte e/ou pautado por perspectivas instrumentais, mercadológicas e que carecem de uma sistematização ao longo dos anos escolares. Desse modo, evidencia-se e solidificam-se as críticas já conhecidas na área da EF nos últimos anos sobre o currículo escolar, porém, observa-se, do mesmo modo, que os estudos ainda não possuem centralidade em proposições para o enfrentamento da problemática da elaboração e desenvolvimento curricular na EFE.

A dimensão didático-pedagógica da Educação Física Escolar

No que concerne à dimensão didático-pedagógica, quatro artigos constituíram a amostra final e cada texto, basicamente, possui uma temática diferente de análise. Desse modo, assuntos ligados aos princípios metodológicos para o ensino da EF, organização pedagógica das aulas e turmas, incluindo o planejamento anual da EF, análise sobre estratégias de ensino e estudo sobre um modelo de educação esportiva são problematizados nos estudos selecionados, dificultando, inclusive, em alguns casos, estabelecer relações entre eles. O Quadro 3 apresenta os artigos que compõem a amostra analisada neste tópico.

Quadro 3: Amostra de estudos analisados na dimensão didático-pedagógica

Autores	Ano	Título
Cleyton Batista Diego Luz Moura	2019	Princípios metodológicos para o ensino da Educação Física escolar: o início de um consenso
Bruna Saurin Silva Ana Cláudia Ferreira De Souza Mariana Zuaneti Martins	2019	Desafiando o abismo tradicional: uma aproximação entre práticas inovadoras e o modelo de educação esportiva no âmbito da Educação Física escolar
Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani Cleomar Ferreira Gomes	2021	Reflexões sobre o fazer pedagógico nas aulas de Educação Física do ensino médio
Marcos Roberto Godoi Cecília Maria Ferreira Borges	2021	As aulas de Educação Física em questão: diferentes razões e maneiras de agir dos professores

Fonte: autores

Batista e Moura (2019) buscaram identificar e analisar princípios metodológicos para o ensino da EFE a partir da literatura acadêmica brasileira. Para isso, analisaram setenta e nove artigos produzidos entre os anos de 2004 a 2014, que indicou onze⁶ princípios metodológicos sobre o ensino da EF: interação, contextualização, dimensões dos conteúdos, valorização das experiências dos alunos, diversidade de vivências, problematização, autonomia e criatividade, ludicidade, compreensão e transferência de habilidades, modificação estrutural do conteúdo, e utilização de recursos tecnológicos.

A interação, para Batista e Moura (2019), se refere a participação efetiva no planejamento e no desenvolvimento das atividades, que devem estimular e inclusão. Na interação, as aulas devem proporcionar o debate e o diálogo entre os pares. Na contextualização, busca-se atribuir significado ao conteúdo por meio de debates relacionados a questões conceituais e sociais, articulando o conteúdo ensinado com o cotidiano e com o conhecimento dos demais componentes curriculares. A dimensão dos conteúdos trata das dimensões procedimental, conceitual e atitudinal. O ensino relacionado às experiências dos estudantes, conforme descrevem os autores, deve partir dos conhecimentos dos alunos, levando em consideração a cultura local. Na diversidade de vivências, são referidas as diferentes possibilidades de movimento, utilizando distintos espaços e materiais pedagógicos, explorando manifestações corporais de diferentes culturas.

Na sequência do artigo, os autores tratam sobre a problematização, que possui como pressuposto desenvolver um ensino pautado pela construção de problemas e desafios, sendo o professor um mediador. A autonomia e criatividade

⁶ Considerando os limites de espaço do artigo, os princípios apresentados por Batista e Moura (2009) não serão aprofundados conceitualmente, apenas apresentados de maneira bastante resumida.

possuem como elemento central estimular a iniciativa, a tomada de decisão e buscar formas diferentes para resolução dos desafios. A ludicidade propõe a promoção de um ambiente prazeroso de ensino aprendizagem. Com relação a compreensão e transferência de habilidades, a ênfase está na compreensão da lógica interna das atividades e o ensino deve possibilitar que o aprendizado ocorrido em determinado conteúdo possa ser transferido para outro. Acerca da modificação estrutural do conteúdo, busca-se proporcionar modificações nas atividades como estratégia para dar ênfase a um determinado aspecto e/ou aumentar o nível de dificuldade. Por fim, o princípio que trata do uso de recursos tecnológicos, considera a tecnologia como instrumento de ensino ou como tema de debate.

Em conclusão, Batista e Moura (2019) afirmam que os princípios metodológicos podem auxiliar no planejamento e desenvolvimento das aulas de EF, pois lançam luzes sobre as ações que os professores podem implementar no momento de ensino. De um modo geral, entendem que os princípios metodológicos possuem potencial para ampliar as experiências conceituais e de movimento dos estudantes e de professores sobre a EF e a relação desta com o mundo.

Em outro cenário, Coffani e Gomes (2021), ao analisar o planejamento anual da EF, perceberam que o mesmo não foi proposto e organizado a partir de uma construção compartilhada com os estudantes, ou se referindo ao PPP da escola, pois há uma evidente incoerência pedagógica e curricular entre o que se determina como competências e habilidades da área de linguagem para o ensino médio e a organização dos conteúdos por bimestres e diferentes turmas do ensino médio, com a eleição do esporte como a prática corporal principal, senão a única a ser ensinada nas aulas. Além disso, observaram que o plano de ensino anual da EF é único para o ensino fundamental e médio. A especificidade de cada nível de ensino e demandas formativas dos jovens não são consideradas. Da mesma forma, não foram observadas menções às particularidades do ensino da EF para o ensino médio integrado à educação profissional, que também é ofertada na escola.

Os autores concluem, afirmando que os problemas da prática pedagógica da EF no ensino médio estão no desconhecimento da cultura escolar que permeia a ação pedagógica e na (in)visibilização de uma dinâmica curricular e pedagógica que se abram para as práticas corporais do mundo jovem, tematizando-as para além do simples fazer. Isso remete para a importância da reflexão de práticas pedagógicas

que valorizem o ensino das práticas corporais a partir da aproximação com o universo juvenil, a fim de legitimar a presença da EF no currículo escolar.

Tratando dessa temática, com relação às estratégias de ensino, Godoi e Borges (2021) constataram que diversas estratégias de ensino têm sido utilizadas pelos professores para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, algumas mais simples e outras mais estruturadas, mas que, segundo os autores, contribuem para um melhor resultado de suas aulas e do processo de ensino-aprendizagem. Os autores apontam que os fatores contextuais do ensino, como a duração da aula, a disponibilidade de espaço, os materiais pedagógicos e o fator pessoal, relacionado às concepções dos professores sobre as aulas, como valorizar ou não o ensino de conhecimentos teóricos e a forma de interação pedagógica com os alunos, influenciam a maneira como as aulas são organizadas.

Um problema apontado por Godoi e Borges (2021), refere que alguns professores precisam dividir o espaço da quadra com os demais professores da escola, seja para ensaio de apresentação, depósito de materiais, organização de eventos ou recreação. Desse modo, a sua “sala de aula” acaba por ser invadida para outras finalidades que interferem no desenvolvimento das aulas e na produção do conhecimento daqueles estudantes que estão tentando aprender.

Para os autores, a forma de organização espacial e temporal das aulas e as estratégias didáticas são saberes da ação pedagógica, ancorados nas situações de ensino, que ajudam os professores a conduzir suas aulas com maior eficácia. Os autores concluem que todos os professores precisam saber organizar o tempo e o espaço de suas aulas e promover estratégias de ensino, no entanto, os dados do estudo demonstraram que aqueles mais experientes, no contexto do estudo, tendem a apresentar maior domínio desses aspectos didáticos.

O estudo desenvolvido por Silva, Souza e Martins (2020) buscou analisar se uma proposta semelhante ao modelo de educação esportiva foi capaz de produzir o protagonismo e a autonomia dos estudantes, coadunando com a promoção de práticas inovadoras na EFE. O modelo de educação esportiva em tela, preocupa-se em apresentar uma abordagem com foco no estudante, tratando o fenômeno esportivo por diversos prismas, como a competência motora, o entusiasmo com o esporte e a literacia esportiva. No que diz respeito à competição, o modelo de educação esportiva preocupa-se também em integrar de maneira pedagógica elementos do esporte

convencional, tais como a época esportiva, a afiliação, a competição formal, o registro estatístico, a festividade e os eventos culminantes.

Ao analisar o percurso desenvolvido pela professora participante, Silva, Souza e Martins (2020), concluem que inovar pedagogicamente no ensino do esporte ainda é um desafio nas aulas de EF. O grande apelo por modalidades esportivas tradicionais de uma parcela dos alunos, bem como a recusa de outras, pode dificultar a criação de um ambiente participativo. Por outro lado, observaram que, ao desvincular da exclusividade dos gestos técnicos e de seus aspectos táticos, o caso narrado aproximou o futsal e a aulas de EF aos objetivos da escola. Essas atitudes demarcam uma ruptura entre as práticas consideradas tradicionais e de desinvestimento pedagógico e aquelas que buscam a inovação.

No caso estudado, finalizam Silva, Souza e Martins (2020), três foram os elementos que dificultaram a aproximação com uma proposta de inovação pedagógica: a cultura de “aula entretenimento”, a hegemonia masculina no futebol e a dificuldade de fomentar a reflexão sobre a atividade. Assim, os autores entendem que construir um ambiente diversificado, participativo e de autonomia discente faz parte de um processo garimpado cotidianamente, com suas idas e vindas e inflexões.

Conforme observado nas temáticas abordadas pelos estudos analisados, há uma gama de elementos que interferem e influenciam no desenvolvimento das aulas de EF, numa dimensão didático-pedagógica. Isso demonstra que planejar e conceber o processo de ensino propriamente dito são tarefas de elevada complexidade e que se apresentam cotidianamente aos professores (sejam eles de EF ou de outros componentes curriculares) em níveis distintos, sob a influência de diferentes premissas e que emergem, por vezes, reiteradamente com o acréscimo de alguns elementos. Dessa forma, percebe-se que não há uma maneira “correta” de ministrar as aulas de EF, mas que há uma gama de possibilidades e perspectivas, cada qual com suas particularidades e desafios.

Considerações finais

Ao finalizar o processo analítico proposto neste trabalho, apresenta-se, neste tópico, uma síntese dos principais elementos evidenciados nos estudos que compuseram a amostra da pesquisa. Desse modo, no que concerne à dimensão política, acerca dos marcos legais brasileiros, observou-se diferentes vieses de

análise e que, mesmo que todos os estudos que abordem a temática e que foram referidos nesse texto apresentem severas e legítimas críticas à BNCC, parte deles também observaram avanços e aspectos de potencialidade nos documentos legais brasileiros. No entanto, é uníssono o fato de que os documentos necessitam de revisão constante, promovendo o estabelecimento de sentidos comuns para a problemática da responsabilidade da EFE. Acerca dessa dimensão, percebeu-se, também, preocupações em promover uma EFE articulada com uma educação progressista, de viés crítico-social, que visa contribuir com a formação emancipatória dos estudantes, considerando o contexto de uma sociedade republicana e democrática, motivo pelo qual os autores advogam fortemente para uma educação também pautada em pressupostos republicanos e democráticos.

Relacionado à dimensão curricular, os estudos analisados possuem como elemento comum a ideia de superar o paradigma histórico da EFE, centrado nos esportes ou em premissas instrumentais e utilitaristas, apontando para a necessidade de se estabelecer uma sistematização do currículo ao longo dos anos escolares, considerando a diversidade dos conhecimentos da cultura corporal de movimento. As diversas críticas já conhecidas na área da EF nos últimos anos sobre o currículo escolar são retificadas nos estudos analisados. Da mesma forma, observa-se certa fragilidade no que concerne a proposições para o enfrentamento da problemática da elaboração, sistematização e desenvolvimento curricular na e para a EFE. Assim, não foram observadas proposições significativas no que concerne aos enfrentamentos dos desafios da dimensão curricular, muito embora alguns aspectos nesse sentido tenham sido referidos e citados ao longo do trabalho.

Sobre a dimensão didático-pedagógica, conforme já descrito no texto, observou-se haver uma gama de temáticas abordadas pelos artigos que compõem a amostra do estudo, sugerindo que o processo de ensinar EF na escola, na atual conjuntura em que o componente curricular é concebido pelo viés da produção de conhecimentos e não apenas uma prática corporal “descompromissada”, pode ser mais complexo do que se imagina, devido às muitas inter-relações imbricadas nessa dinâmica e que necessitam ser consideradas. Dessa forma, parece-nos adequado pensar o ensino da EF na escola pela lógica do gerúndio, que implica um movimento constante e espiralado, ou seja, é fazendo, estudando, experimentando, testando as diversas possibilidades, em cada contexto de intervenção pedagógica, que podemos vislumbrar possibilidades para avançar com o debate e estimular novas

compreensões acerca da problemática do ensino e da produção de conhecimentos na EFE.

Sobre a perspectiva crítico e emancipatória, aspecto caro no conjunto deste texto, mesmo com a dificuldade em apresentar conclusões inovadoras, observou-se haver certa preocupação em abandonar a formação de viés mais instrumental que marcou a história da EFE. Observou-se, principalmente nos textos que compuseram a amostra analisada na dimensão política, que as intencionalidades pedagógicas apresentadas para a EF estão coadunadas com uma proposta educativa ancorada na criticidade, na emancipação intelectual e em uma atuação cidadã mais consciente. Da mesma forma, no que concerne à dimensão curricular, a demonstração de que existe a necessidade de que sejam estabelecidas sistematizações para o currículo da EFE considerando a diversidade dos conhecimentos que compõem o universo da cultura corporal de movimento, apresenta indicativos a serem seguidos quando se objetiva estruturar um processo educativo mais denso e com potencial crítico.

Por fim, cabe constar que, mesmo que o estudo não tenha trazido perspectivas totalmente novas ou contribuições significativas para a área considerando as temáticas analisadas, enalteçemos o fato de que as premissas descritas têm nos possibilitado pensar e vislumbrar perspectivas de enfrentamento para as problemáticas em nosso contexto de intervenção docente, tomando consciência da importância de considerar as dimensões política, curricular e didático-pedagógica em sua completude e complexidade. Essa base conceitual possibilita vislumbrar a elaboração de propostas educativas com potencial para produzir conhecimentos que contribuem com o desenvolvimento da criticidade e emancipação intelectual dos estudantes, no que concerne o universo da cultura corporal de movimento, objeto de estudo da EFE.

Referências

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Educação Física Escolar**: política, currículo e didática. Ijuí: Editora Unijuí, 2019a.

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Relação entre formação inicial e ação docente: o desafio político da Educação Física Escolar no centro do debate. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**. 2019b;41(3):277-283. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/94m6NnHcSRG3tDNgXSSsxBL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. O desafio curricular da Educação Física Escolar: sistematizações de uma pesquisa-ação na escola pública. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25008, 2019c. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mov/a/mVPQvrCLgGwsLjRHZv85ysz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

BAGNARA, Ivan Carlos; BOSCATTO, Juliano Daniel. **Educação Física no Ensino Médio Integrado**: especificidade, currículo e ensino (uma proposição fundamentada na multidimensionalidade dos conhecimentos). Ijuí: Unijuí, 2022a.

BAGNARA, Ivan Carlos; BOSCATTO, Juliano Daniel. Educação Física no Ensino Médio Integrado: conhecimento e especificidade. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**. 2022b; 44: e003022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/nYHQPkXjRfPBFPbqkJXt5K/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BAGNARA, Ivan Carlos; BOSCATTO, Juliano Daniel. A Educação Física no ensino médio integrado a partir dos marcos legais: da negação às possibilidades. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 38|e26736|2022c. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/hhqPjd5Ky8gzxgzxfg9k9Gg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BARCELOS, Rafael Almeida; ALMEIDA, Felipe Quintão; DOÑA, Alberto Moreno. Educação Física nas Bases Curriculares do Brasil e do Chile: uma análise comparada. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**. 2022; 44: e001722. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/5dwrYxMLVzdyG8B54q4tvKq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

BATISTA, Cleyton; MOURA, Diego Luz. Princípios metodológicos para o ensino da Educação Física Escolar: o início de um consenso. **J. Phys. Educ.** v. 30, e3041, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jpe/a/xZSHf6H398j4m34Tfm4gpSK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2022.

BOSCATTO, Juliano Daniel; DARIDO, Suraya Cristina. Currículo e Educação Física Escolar: análise do estado da arte em periódicos nacionais. **J. Phys. Educ.** v. 28, e2855, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jpe/a/KpynmtJFnwG4gGhsZzBN9Bh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRACHT, Valter. **Educação Física Escolar no Brasil**: o que ela vem sendo e o que ela pode ser (Elementos de uma teoria pedagógica para a Educação Física). Ijuí: Unijuí, 2019.

COFFANI, Márcia Cristina Rodrigues da Silva; GOMES, Cleomar Ferreira. Reflexões sobre o fazer pedagógico nas aulas de Educação Física do Ensino Médio. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e229646, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/Z3VMQT6qDr5SY384SwWvqYf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DIEHL, Vera Regina Oliveira; NETO, Vicente Molina; SILVA, Lisandra Oliveira e. As políticas públicas de educação: a percepção dos docentes de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25037, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mov/a/cd6MSPTbKQvLVdnDnBS3CxX/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2022.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Linguagem, hermenêutica e atividade epistemológica na Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, out./dez. 2009, p. 243-256. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/6046/6956>>. Acesso em: 11 out. 2022.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Educação Física, ciência e compromisso social. In: Dantas Junior, Hamílcar Silveira et al. (org.). **Educação Física, esporte e sociedade**: temas emergentes. São Cristóvão: Ufes, 2013. P. 15-30.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime; SILVA, Sidinei Pithan da. Educação Física crítica em perspectiva democrática e republicana. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25070, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mov/a/bG6GRXnJsStSyTy4Fx5ZW9L/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2022.

GODOI, Marcos Roberto; BORGES, Cecília Maria Ferreira. As aulas de Educação Física em questão: diferentes razões e maneiras de agir dos professores. **Revista Brasileira de Educação** v. 26 e260093 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dySSTWMvWfCXnHFdj7z5j9L/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do “não-lugar” da EF escolar I. **Cadernos de Formação RBCE**. v. 1, n. 1, p. 9-24, set. 2009a. Disponível em: <revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/download/929/539>. Acesso em: 10 out. 2014.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do “não-lugar” da EF escolar II. **Cadernos de Formação RBCE**. v.1, n. 2, p. 10-21, mar. 2010. Disponível em: <rbce.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/viewFile/978/561>. Acesso em: 10 out. 2014.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. **Afazer da Educação Física na Escola**: planejar, ensinar, partilhar. Erechim: Edelbra, 2012.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do Esporte**. 8. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte.** 2018;40(3):215-223. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/m5NJPS7PQnCCxZZtCsdjsqL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

NOVAES, Renato Cavalcanti; TRIANI, Felipe da Silva; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; TELLES, Silvio de Cassio Costa. Educação Física escolar S.A.: mudanças e subjetividades na norma corporativa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e233849, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/tmZhnCQ7Tb4tLR9Jmc4YLdx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

OLIVEIRA, Glaurea Nádia Borges de; NEIRA, Marcos Garcia. Contribuições Foucaultianas para o debate curricular da Educação Física. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, e198117, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/TZ35xsmMTszWMvNZ6rbM4xB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Jorge Luiz de; NEIRA, Marcos Garcia. Significações dos estudantes sobre o currículo cultural da Educação Física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte.** v. 42, e2037, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/3QqDzZ3yGKc8gzV4PLPHYjR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

REZER, Ricardo; CUNHA, António Camilo. Responsabilidades da Educação Física para com o “tempo do inútil”: uma necessidade de nosso tempo. **Movimento** (Porto Alegre), v. 27, e27042, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mov/a/3zzz3h9gYN6QC4bcB3xsVNH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2022.

RUEDELL, Aloísio. Hermenêutica. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 349-353.

SANTOS, Ivan Luis dos; NEIRA, Marcos Garcia. Tematização e problematização: pressupostos Freirianos no currículo cultural da Educação Física. **Pro-Posições**, Campinas, SP V. 30, e20160168, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/jYy8RwBFZMChgMgdrDnQvLJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Bruna Saurin; SOUZA, Ana Cláudia Ferreira De; MARTINS, Mariana Zuaneti. Desafiando o abismo tradicional: uma aproximação entre práticas inovadoras e o modelo de educação esportiva no âmbito da Educação Física Escolar. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte.** 2020; 42: e2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/d7mPckFtyM4Jhr5LFPStPQJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2022.

TAVARES, Natacha da Silva; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz, NETO, Vicente Molina. Educação Física nos anos finais do ensino fundamental, suas formas e seus lugares no currículo escolar: um estudo de revisão. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1., p. 275-290, jan./mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mov/a/vnTkZnb7zgQdRc7XVzwgMfz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 out. 2022.